

Novo horário revolta os médicos do HFA

Carlos Alberto Silva

O HFA começou seu novo horário de funcionamento ontem, abrindo às 7h e fechando às 16h, mas a novidade só foi boa para os residentes, para quem quanto mais horas de trabalho, melhor. De resto, foi uma revolta só entre os 750 servidores civis lotados no hospital — e até mesmo entre os oficiais-médicos, insatisfeitos com o fato de, a partir de agora, terem que cumprir 40, e não mais apenas 30 horas de trabalho semanais. Segundo o Sindsep, o diretor do HFA, contra-almirante Marco Antônio Montenegro, “abusou de sua autoridade prendendo, dias atrás sete oficiais que reclamaram da mexida arbitrária na escala de serviço”, no dizer do secretário sindical, Cláudio Santana.

A reportagem do *Correio Braziliense* foi aconselhada ontem, pelo oficial-de-dia no hospital, a confirmar a história “com os civis”, porque, segundo ele, “aqui, ninguém vai confirmar, e muito menos o diretor”. O Sindsep confirma, e divulga a relação dos oficiais-médicos punidos com penas que variaram de três a dez dias, nos quais eles ficaram sem sair do hospital, “trabalhando direto”, segundo o sindicalista. Ele questiona a validade da decisão do almirante: “Aumentou o horário, mas o hospital continua fechado à comunidade, pois aqui, assim como nos três outros hospitais militares do DF, sequer os civis que neles trabalham têm direito a serem atendidos em suas dependências, o que é um desrespeito à Constituição”.

Grávida — O Sindsep avisa que, não sendo recebido pelo almirante — a quem pediu audiência em vão — irá para a Justiça.

Não por causa dos oficiais punidos, aos quais a entidade se diz tão — somente “solidária” — mas, devido ao caso de Kácia Mara dos Santos, uma técnica civil de enfermagem que pediu ao diretor do HFA uma licença de 120 dias, por estar grávida, “e o almirante negou mesmo com um atestado médico lavrado no próprio HFA”, acusa Cláudio Santana. O atestado é assinado por um médico civil do hospital, José Itabira dos Santos.

O Sindsep acusa o HFA de negar até licença a uma grávida

Independentemente da ação na Justiça, o Sindsep ameaça ir até mesmo ao ministro do Exército, Zenildo Zoroastro. Com quem, aliás, ele já esteve em agosto do ano passado, quando os sindicalistas pediram ao general que abrissem os hospitais militares de Brasília a toda comunidade. “O ministro prometeu que iria estudar nossa reivindicação, e aí está a resposta, através deste gesto de violência e abuso de autoridade cometido no HFA”.

Segundo o Sindsep, foram estes os oficiais que, revoltados com a punição lhes dada pelo almirante, foram procurar os delegados sindicais no próprio hospital: tenente-coronel Tawata (pediatra); major Pantoja (pediatra); capitão Matos (cirurgião); tenente Chrisóstomo (proctologista); tenente Fagundes (ortopedista); tenente Hélio Durante (oftalmologista) e o também tenente e oftalmologista, José Altino.



Com o novo horário o Hospital das Forças Armadas passa a atender de 7h às 16h

Taquígrafos vão à Câmara exigir contratações

A demora na contratação de 27 taquígrafos no concurso para a Câmara Legislativa provocou protestos dos concursados na sessão ordinária de ontem. Bastante irritado, o deputado Carlos Alberto Torres (PPS) defendeu os manifestantes, uma vez que a nomeação foi anulada pela Mesa Diretora, tornando sem efeito o ato nº 303/94, publicado no Diário da Câmara Legislativa, do dia 28 de março último. Com isso, dois candidatos que já estavam fazendo exames para tomar posse no cargo foram suspensos.

Apesar da pressão dos candidatos, o deputado Fernando Naves (PP) diz que a intenção da Casa não é prejudicar quem foi aprovado, mas sim garantir a moralidade do concurso. Ele explica que a protelação nas contratações se deve a um pedido de investigação que ele apresentou por meio de requerimento. Naves levantou suspeita sobre a acusação de que a professora que deu aula a candidatos selecionados foi a mesma que fiscalizou as provas. Além disso, ele informa que um concorrente usou líquido corretor nos testes, quando não era permitido nem usar borracha. “Também foram efetuadas denúncias contra os critérios de correção dos avaliadores”.

A comissão de servidores que investiga o caso recebeu prazo de 30 dias para apresentar relatório. Na avaliação do deputado Carlos Alberto, o concurso já foi homologado.